



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XVI (2015)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Anne J. Cruz e Maria Galli Stampino (ed.), Early Modern Habsburg Women. Transnational Contexts, Cultural Conflicts, Dynastic Continuities, Surrey, Ashgate Publishing, 2013, 294 pp., ISBN 9781472411648

Carla Alferes Pinto 

Como Citar | How to Cite

Pinto, Carla Alferes. 2015. «Anne J. Cruz e Maria Galli Stampino (ed.), *Early Modern Habsburg Women. Transnational Contexts, Cultural Conflicts, Dynastic Continuities*, Surrey, Ashgate Publishing, 2013, 294 pp., ISBN 9781472411648 ». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 552-558.
<https://doi.org/10.57759/aham2015.36938>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Anne J. Cruz e Maria Galli Stampino (ed.), *Early Modern Habsburg Women. Transnational Contexts, Cultural Conflicts, Dynastic Continuities*, Surrey, Ashgate Publishing, 2013, 294 pp. ISBN 9781472411648

Este volume reúne uma série de textos exclusivamente dedicados ao estudo da classificação «mulheres Habsburgo» pela primeira vez. Abarcando uma cronologia que se estende entre a segunda metade do século XVI e o século XVII, os ensaios aqui apresentados mencionam os dois ramos da dinastia Habsburgo, o espanhol e o austríaco, ainda que na realidade as circunstâncias da vida das mulheres estudadas as situem sob a área de influência do ramo peninsular. Para além de sete textos monográficos dedicados (por ordem cronológica) à Infanta Catarina Micaela (1567–1597), filha de Filipe II de Espanha; a Margarida de Sabóia (1589–1631), vice-rainha de Portugal e filha daquela; a Maria Madalena de Áustria (1589–1631), grã-duquesa de Florença, filha de Carlos II da Áustria e neta Fernando I, imperador do Sacro Império Romano-Germano; a Isabel de Bourbon (1602–1644), primeira mulher de Filipe IV de Espanha; a Soror Ana Doroteia (1611–1694), filha de Rodolfo II e, por fim, a Mariana de Áustria (1634–1696), segunda mulher de Filipe IV de Espanha, rainha regente e mãe do último rei Habsburgo espanhol (a única com dois artigos), o livro inclui ainda quatro ensaios de carácter mais abrangente e sistemático.

Divide-se em quatro partes — Laços transnacionais e transculturais; Epistolária e poder espacial; Nascimento Habsburgo; Política visual e do traje («sartorial») — com três artigos cada (excepto na parte três onde se publicam apenas dois) escritos maioritariamente por historiadores/as (sete), historiadores/as de arte (três) e linguistas e professoras de literatura (um), o que não constituindo um estudo multidisciplinar, poderia revelar a intenção de diversificar as abordagens possíveis ao tema em apreço. Na realidade, e conforme as editoras (as duas professoras de Línguas e Literatura, mas Anne J. Cruz é autora da Introdução e não de um texto) contam nos Agradecimentos, a ideia para a edição do que resultou ser este volume nasceu em 2010 durante a reunião anual da Renaissance Society of America, altura em que se apresentaram algumas das comunicações agora publicadas. Assim, ainda que a edição do livro seja da responsabilidade de estudiosas da Língua e da Literatura, o volume é sobretudo escrito por e para historiadores e historiadores de arte, usando as fontes documentais e visuais que são recorrentes neste tipo de publicação académica.

A este propósito refira-se que as fontes arquivísticas e visuais e o aparato bibliográfico são consideráveis, designadamente pelo recurso a literatura em várias línguas, mesmo que o castelhano e o inglês acabem por dominar, e por aparentemente não ter havido restrições quanto ao número de notas e títulos a incluir na bibliografia de cada artigo. Por outro lado, fontes manuscritas, impressas e visuais, e bibliografia são citadas por ordem alfabética, indistintamente, no final de cada texto (veja-se a título de exemplo o ensaio de Mercedes Llorente em cuja bibliografia, na verdade, lista de «Works Cited», Tintoretto e Titian [Ticiano] se seguem a Sullivan, Edward). As referências bibliográficas particularizam as regras *sui generis*; concretamente no que à indicação dos apelidos dos/as autores/as diz

respeito. Assim, Maria Antónia Lopes surge como «Lopes, Maria Antonia (sic)»; Maria Paula Marçal Lourenço como «Marçal Lourenço, Maria Paula» (p. 74); Annemarie Jordan Gschwend como «Jordan Gschwend, Annemarie» (p. 116) ou Rita Costa Gomes como «Costa Gomes, Rita» (p. 119, n. 3 e p. 143), o que dificulta a tarefa de descobrir a obra publicada por estas autoras numa qualquer biblioteca ou livraria.

O volume inclui ainda uma sumária biografia científica sobre cada um dos/as autores/as dos textos, permitindo-nos conhecer outros trabalhos que estão a desenvolver e os centros de estudos a que estão agregados.

A unir os vários ensaios deste volume estão a Introdução (Anne J. Cruz) e o primeiro texto, constatação que é apreendida face ao título do volume e ao facto de, como já vimos, o livro apresentar dois tipos distintos de textos: sete que são sobretudo casos-estudo sobre determinada mulher, e quatro de síntese e/ou de análise de um tópico e com carácter mais vasto. Na Introdução o argumento da linhagem (sobretudo através do casamento) é apresentado como factor de agregação destas seis mulheres, remetendo imediatamente para o artigo da autoria de Joseph F. Patrouch, uma síntese da história e implicações da política de casamentos fomentada pelos Habsburgo e que se exprimia por uma complexa e intrincada rede de intra e inter-relações que espelhava a vasta territorialização e soberania exercida pela dinastia, com o objetivo último de manter a paz na Europa. Esta assumida e longa política Habsburgo, que encontra raízes desde a Baixa Idade Média e que se consubstanciava no moto: «Deixai os outros lutar — tu, feliz Áustria, casai!» (Let others fight — you, happy Austria, marry!; p. 25), não era exclusiva desta dinastia, particularmente ao longo do período que abarca a Idade Moderna.

As razões que levavam ao casamento de membros de famílias reais eram uma das muitas formas de exercício da diplomacia europeia e praticadas por todas as casas reinantes. É certo que os Habsburgo desenvolveram estratégias precocemente, e transformaram-nas num sistema que permitiu dominar a Europa Central por vários séculos, e uma Europa maior e um império onde o Sol nunca se punha, durante dois séculos. Neste sentido, a árvore genealógica da dinastia Habsburgo publicada na p. xviii é sintomática e bem expressiva; em algum momento, quase todas as dinastias europeias tiveram relações matrimoniais com um membro da Casa. E, por isto, a força centralizadora que exerce sobre as personagens que habitam este livro.

A política de casamentos e de progenitura Habsburgo seria o traço comum a unir estes onze textos. Na Introdução particulariza-se a temática através da apresentação de razões mais concretas: «Obliged by their royal birth to adapt to foreign lands and languages and to procreate in order to establish and prolong the dynasties, these Habsburg women faced with admirable courage the many political and cultural challenges — end even the constant threat of death due to childbirth — brought about by their marriages.» (p. 1). Razões, estas, que não são necessariamente específicas das mulheres Habsburgo, mas antes comuns a todas as mulheres nascidas no seio de dinastias reais e destinadas ao casamento e, em última análise, ao género feminino no contexto temporal em que o livro se inscreve.

Como se reconhece na página seguinte, as muitas mulheres Habsburgo tinham tradicionalmente sido relegadas para um papel quase decorativo na narrativa da história da dinastia, e não raras vezes precisamente através da mera associação à função de parideiras. Anne J. Cruz encontra nas mulheres Habsburgo «their role in history through their early understanding of politics honed at their own courts, their shrewd engagement of royal ceremony and propaganda, and their astute governing skills as rulers. As Habsburg, the women shared specific cultural and familial norms and expectations that helped them to adapt to diverse and distant surroundings.» (p. 2)

Mas, então, o que é uma «mulher Habsburgo na Idade Moderna»? Era-se Habsburgo por nascimento (Infanta Catarina Micaela, Maria Madalena de Áustria e Mariana de Áustria), e que tipo de nascimento (Soror Ana Doroteia)? Por casamento (Isabel de Bourbon)? Por parentesco e estratégia político-diplomática privilegiada (Margarida de Sabóia)? Se os códigos eram transmitidos cultural e familiarmente, como é que as esposas Habsburgo se encaixam neste «lugar na história»?

Ao ler-se os textos percebe-se que o que une estas mulheres é uma vontade e capacidade de afirmação que utiliza a política e a dinastia quando quer e conforme pode (como o caso da Infanta Catarina Micaela bem o demonstra, já que a dilecta filha de Filipe II nunca vergou o marido, como seria vontade do pai, à política Habsburgo; p. 81, n. 6 e p. 91). O que fica subjacente nestes seis casos de mulheres (todos acompanhados por uma fotografia a p&b de um retrato) é que não é a dinastia que caracteriza estas mulheres mas as mulheres que escolheram ser (agir como) Habsburgo que caracterizam a dinastia.

A questão parece complexa, mas reside afinal e tão simplesmente na perspectiva com que se inicia o estudo de determinada personagem. Neste sentido, Margarida de Sabóia (cujo pai era Carlos Emanuel I representante da ancestral casa de Sabóia, e que casou com o duque de Mântua, Francisco IV Gonzaga, com o firme propósito de resolver a questão do marquesado de Montferrat entre as duas casas italianas) e Isabel de Bourbon seriam mais Habsburgo que Soror Ana Doroteia, filha ilegítima do imperador Rodolfo II (1552-1612), nascida no final de 1611 ou início de 1612, poucos meses antes da morte do pai, que a deixou órfã e a caminho do convento. De facto, as duas primeiras, a avaliar pelas palavras já citadas da Introdução, facilmente poderiam ser igualmente reivindicadas pelas dinastias de berço e não de casamento, e Soror Ana Doroteia é a única destas seis mulheres que não casou e não teve filhos.

O estudo que lhe é dedicado resulta de uma investigação levada a cabo por Vanessa de Cruz Medina, completamente nova, recorrendo a várias e diversificadas fontes, nomeadamente, a documentação do convento e as cartas que Soror Ana Doroteia escreveu de seu punho e que se guardam em Madrid e em Roma. A autora pôde assim reconstruir a biografia quase desconhecida desta religiosa, desde o nascimento, passando pela ida para o mosteiro das Descalças Reais em Madrid (em Janeiro de 1623, a ordens de sua tia, Margarida da Cruz), e desenvolvendo a narrativa da vida dentro do convento e da sua relação com os membros da família real espanhola, propondo uma interpretação que assegura uma continuação dos esforços das freiras nascidas Habsburgo austríacas no

apoio constante e nada resguardado ou silencioso à sua dinastia, junto dos mais diferentes interlocutores.

Parece confirmar-se que, não obstante as circunstâncias de vida destas mulheres, elas optaram, a dado momento e por diferentes razões, por defender os seus interesses englobados numa estratégia familiar e/ou apelando a laços de parentesco Habsburgo.

Os textos monográficos apresentam dados biográficos relevantes (alguns, como já vimos, novidades, outros sínteses de vidas melhor conhecidas), pequenas genealogias, recurso frequente a fontes arquivísticas e a epistolária e/ou documentação manuscrita de cariz mais personalizado (quando existente), e, em alguns casos, profusa documentação visual. A informação contida nos textos entrecruza-se, e algumas das personagens que têm papel principal num dos ensaios, surgem como personagens secundárias noutros.

Maria Galli Stampino assume querer abordar Maria Madalena de Áustria, grã-duquesa de Florença, a partir da historiografia italiana sobre as cidades-estado modernas e os seus governantes masculinos (e masculinizados). Colocando atenção no cerimonial privado e nas manifestações públicas e comemorações festivas patrocinadas pelas cidades florentinas, Stampino procura autonomizar e caracterizar formas de gosto específicas com origem na corte austríaca (em Maria Madalena) e que teriam um cunho mais acentuadamente religioso e pio, em detrimento das performances mais luxuosas e *all'improvviso* da corte dos Médicis (p. 54). De alguma forma, Maria Madalena reinventara-se, não abdicando do seu gosto e sensibilidade Habsburgo, mas compreendendo a necessidade de uma flexibilidade táctica e inteligente que lhe permitiria assegurar com firmeza o seu papel de regente e o direito de sucessão do filho (não será por acaso que o retrato escolhido para representar Maria Madalena no livro seja o que a apresenta junto ao filho, Fernando II, pintado no ano de 1622, o seguinte à morte de Cosme II Médicis; p. 40).

Tal como Maria Madalena, também Margarida de Sabóia foi uma viúva precoce. Aqui sub-titulada detentora de três vidas, a viuvez levou a grã-duquesa a uma reacção presumptivamente inesperada que, em última análise, lhe poderá ter garantido o papel relevante que assumiu na última fase da vida, particularmente interessante para a história portuguesa, uma vez que foi a derradeira vice-rainha Habsburgo. As três vidas de Margarida vão do nascimento em Turim à morte do marido, Carlos Emanuel II em 1612; a segunda, que percorre os anos de 1613 a 1635 e que, conforme Blythe Alice Raviola, foram de reclusão e diplomacia, enquanto tentava perceber como deveria agir num ambiente potencialmente hostil em que Turim (a sua casa de nascimento) e Mântua (a de casamento) apenas concordavam em que ela deveria ser afastada. Reduzida a um papel «feminino» de aceitação do que lhe era imposto pelos homens da família próxima e na sequência da separação forçada da sua única filha, Maria, que ficou em Mântua enquanto ela teve que regressar a Turim, Margarida «not spend her time there in silence and away from politics», correspondendo-se com Mântua e Madrid, fazendo pressão e tornando-se notada, e reclamando junto do primo, Filipe IV de Espanha, o direito que detinha sobre títulos e terras que lhe estavam a ser negados em Itália (p. 62–5). Margarida foi estabelecendo uma teia de lealdade e serventia que culminou na sua chamada ao

círculo restrito do poder madrileno através dos vice-reinados (a sua terceira vida, que percorre os anos de 1635 a 1655). Neste último capítulo inscreve-se, portanto, a relação da «infame» duquesa de Mântua com Portugal, epíteto a que a historiografia portuguesa tradicionalmente relegou o entendimento do papel desta mulher. Este texto contribui, ao dar uma visão da vida e ambição de Margarida, para uma releitura contextualizada da história, já que, como Anne J. Cruz refere, foi o facto de ser descendente directa de D. Manuel que facilitou a sua chamada ao cargo de vice-rainha em 1635 (p. 8).

Ao contrário das parentes atrás mencionadas, a vida da Infanta Catarina Micaela foi curta, apenas 30 anos, vividos ainda assim com felicidade e pleno exercício do poder político que as frequentes ausências do marido em campanhas militares lhe impunham. Magdalena S. Sánchez utiliza as cartas escritas por Catarina para Carlos entre Setembro e Novembro de 1588, para construir o seu ensaio, chamando a atenção para a relação de interesses (defendidos entre e por ambos) e, sobretudo, de intimidade, afeição e amor entre os duques (p. 79–81 e 91–92). A Infanta é, aliás, um caso único no registo das fontes para a história das mulheres durante este período já que sobreviveram uma quantidade considerável de cartas por ela escritas. O registo confessional permite recolher dados preciosos sobre o seu quotidiano, sobre os seus sentimentos, sobre a afeição, respeito e confiança que nutria pelo marido (e vice-versa). A estes dados, a autora do texto adiciona informação sobre o funcionamento da corte saboiana e a tensão com os cortesãos de origem castelhana, sobre a rígida etiqueta e os vários ofícios religiosos e trabalhos femininos («female activities», p. 87), sobre as funções e as relações com os seus cortesãos e servidores ou sobre os presentes trocados entre Catarina e Carlos, onde pontuavam os objectos de origem asiática e americana, os retratos ou os acepipes como compotas, canela, amêndoas ou torrão.

O ensaio de Laura Oliván Santaliestra dedicado a Isabel de Bourbon, que a autora considera um paradigma de como uma rainha consorte Habsburgo se deveria comportar (p. 226), aborda a transformação do corpo desta princesa francesa em rainha espanhola. A maneira como o faz é muitíssimo interessante e (neste contexto) original, recorrendo sobretudo à maneira como se vestia (caracterizando o traje espanhol e francês), aos objectos que a cobriam, à maneira como agia, conjugando-os com episódios históricos e interpretações da epistolária. Nas palavras da autora, «the conquest of the body politic by means of costume was the first step in the conquest of equally political intentions, a concept that the French court would be well aware of (...)» (p. 227)

A completar o lote dos sete artigos monográficos, dois dedicados a Mariana de Áustria. Um primeiro, no qual se analisa o seu papel de regente até à ascensão do filho, Carlos II, ao trono. O texto de Silvia Z. Mitchell (que prepara uma monografia sobre esta regência) consegue apresentar a rainha sob um novo olhar, liberto da lenda negra que a descrevia como incapaz de governar e dependente dos seus favoritos. Atendendo ao que acabou de ficar escrito, é interessante verificar que esta nova e rigorosamente fundamentada abordagem à personagem de Mariana de Áustria seja feita sobre o prisma da maternidade. Todavia, como a autora explica logo no início do seu texto, «Mariana's power should

be considered as part of a culture that sustained multiple forms of female authority.» (p. 176) E, precisamente, talvez resida aqui uma das ausências deste livro: o de um texto que enquadrasse as novas propostas de interpretação do papel das mulheres na sociedade da época moderna e sobre as suas relações com o poder e as diferentes formas de exercício desse poder no quadro das estruturas legais e dos valores culturais em que viviam, permitindo assim a colocação destes estudos em perspetiva. Neste sentido, também a ausência de uma síntese histórica (-geográfica) sobre o longo período que os textos abarcam (um século e meio, que correspondeu a alterações profundas, designadamente, da política e dinastia Habsburgo), contribui para uma menor clarificação e comparação de algumas das propostas.

O segundo texto sobre Mariana de Áustria concentra-se nos seus retratos (aparentemente tão semelhantes e, afinal, tão cheios de interpretações variadas) e baseia-se em parte no trabalho de investigação levado a cabo por Mercedes Llorente para o seu doutoramento. A autora faz um estimulante uso da bibliografia existente, construindo uma descrição elaborada e rica em pormenores dos ambientes em que a rainha se movia e dos contextos políticos e artísticos em que os quadros foram pintados. Muito interessante é também a ligação da pintura que se pinta com a pintura que já fazia parte das coleções reais e que era escolhida de maneira nada ingénua para figurar nos fundos dos retratos da rainha.

Também María Cruz de Carlos Varona utiliza a pintura como fonte para a construção da cultura visual e material em torno do tema do nascimento Habsburgo. Os partos colocavam as mulheres no centro da representação pictural e, através de iconografias mais ou menos simbólicas, esses momentos estimularam um registo de aspectos da intimidade e de materialidade exclusivamente femininos, mesmo que os intermediários (os pintores) fossem quase sempre masculinos e que as representações reflectissem mais um ideal de nascimento feliz (e que estas mulheres que faziam parte de uma elite almejavam para si) que a realidade mais dolorosa e difícil da experiência. Mezinhas para ajudar na concepção, pós e tisanas para os enjôos, ofícios transmitidos familiarmente, conselhos dados de mãe para filha e objectos. Objectos que povoam o momento do parto ou as primeiras horas dos bebés; objectos artísticos que exprimem a ansiedade da gravidez (uma extraordinária escultura da Virgem da Esperança de 1625 por Francisco de Ocampo, p. 162) ou a iconografia do parto e da maternidade, são entrecruzados com textos coevos e uma vasta bibliografia analítica.

De índole igualmente mais abrangente mas ligado às temáticas destes dois últimos textos, o ensaio de Cordula van Wyhe é a revisão de um outro que publicara em 2010 no livro *Dressing the Spanish Way: Prestige and Usage of Spanish Attire at the European Courts in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Não sendo novo, nem por isso este texto deixa de manter o interesse, particularmente porque, entretanto, a autora recebeu novos contributos que incorporou no que escreveu. O ensaio desenrola a iconografia e o significado da utilização de hábitos monásticos por mulheres Habsburgo, e como a transformação do trajar (corpo) magnífico de corte numa sombria e desconfortável roupa monacal fazia parte da

Pietas Austriaca, em que a apresentação da piedade não era necessariamente incompatível com o exercício do poder (p. 256). Através das descrições pormenorizadas dos cerimoniais cortesãos Habsburgo, dos objectos associados à representação destas mulheres com as vestes monacais, das escolhas pessoais das ordens religiosas, das situações e contextos em que as práticas piedosas eram praticadas e transmitidas ou das concessões que vão sendo feitas, a autora constrói uma narrativa que percorre os rituais de vida e de morte de algumas mulheres Habsburgo baseada na documentação (visual e escrita) mas também nos preciosos testemunhos materiais têxteis que sobreviveram ao tempo, e que são explorados neste ensaio.

Por fim, Félix Labrador Arroyo (que na realidade corresponde ao sexto texto do índice) escreve uma importante panorâmica sobre a evolução da composição, origem, funções, precedências e ordenanças das casas das rainhas espanholas durante o século XVI, ainda que na realidade recue aos Trastámaras (1369–1516) para caracterizar a etiqueta castelhana, referindo o que se manteve deste modelo, o que foi introduzido pelo borgonhês e as discussões e concessões que foram sendo feitas às etiquetas das casas de origem das diferentes rainhas. Este texto contém dados comparativos particularmente interessante para o caso português já que são várias as menções e as descrições de situações e cerimoniais que se relacionam com rainhas nascidas em Portugal.

No conjunto, este título apresenta estas seis mulheres sob novas perspectivas, traz muitas novidades, propõe metodologias e lança uma linha de debate possível na interpretação da actuação das mulheres ao englobá-las numa estratégia dinástica que se poderá estender a outras casas reinantes. Para o caso português, e não necessariamente circunscrito ao período de união das coroas ibéricas, traz contributos que merecem leituras diversificadas e complementares.

Carla Alferes Pinto

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, Portugal
Bolsreira de Pós-Doutoramento da FCT - SFRH/BPD/100597/2014
carla.alferes.pinto@gmail.com

Juan Manuel Santana Pérez y Germán Santana Pérez, *La Pesca en el Banco Sahariano*, Madrid, Los libros de La Catarata, 2014, 336 p. ISBN: 9788483198780

La fluidez de la frontera atlántica en el espacio canario-sahariano

El libro de los autores Juan Manuel Santana Pérez y Germán Santana Pérez, profesores de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, supone una contribución importante a la historia del Atlántico Medio, y en particular a la relación de Canarias con el Banco Pesquero Sahariano. Los siete capítulos que integran este trabajo abordan las historias de